Tessituras: da poética e da política nos espaços das migrações

Tessituras: On Poetics and Politics in Migration Locations

Graça Capinha, Clara Keating, Elsa Lechner e Olga Solovova

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/3247>

DOI: 10.4000/eces.3247

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Graça Capinha, Clara Keating, Elsa Lechner e Olga Solovova, « Tessituras: da poética e da política nos espaços das migrações », *e-cadernos CES* [Online], 29 | 2018, colocado online no dia 15 junho 2018, consultado a 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/3247> ; DOI : 10.4000/eces.3247

GRAÇA CAPINHA, CLARA KEATING, ELSA LECHNER, OLGA SOLOVOVA

TESSITURAS: DA POÉTICA E DA POLÍTICA NOS ESPAÇOS DAS MIGRAÇÕES

Resumo: Revisitando o artigo “Literatura e emigração: poetas emigrantes nos estados de Massachusetts e Rhode Island” (Capinha, 1993), este artigo, escrito a quatro mãos e três olhares distintos, ilustra como o olhar da literatura de/na emigração contribui para entender atos de identificação e significação nas sociedades contemporâneas permeadas por mobilidades. A escrita poética abre possibilidades de estudar espaços de fala, de escrita e de biografização que desvendam a natureza fundamentalmente política da experiência vivida migrante, singular e sujeita a híbridas estruturas sociais em mudança, sempre desiguais e violentas. Complexificado agora com o impacto das recentes migrações na imaginação do centro e periferia do Estado português, este texto alerta contra olhares fixos e monoglotas sobre línguas que manipulam e controlam, e chama a atenção para a linguagem em ação, num poien que assume a dimensão política do fazer linguístico local, em movimento e situado na história. “Dizer-se outra vez” forja espaços e respiração, onde poetas/escreventes/falantes se buscam por entre lugares e novas metáforas.

Palavras-chave: biografização, diversidade, língua, linguística de deriva, migração, poiesis, sociolinguística.

TESSITURAS: ON POETICS AND POLITICS IN MIGRATION LOCATIONS

Abstract: Written in collaboration – four hands and three disciplinary gazes – and revisiting “Literatura e emigração: poetas emigrantes nos estados de Massachusetts e Rhode Island” (Capinha, 1993), this article illustrates how a literature of/in e/immigration contributes to understand acts of identification and meaning-making in contemporary societies permeated by mobilities. Writing poetry – and poetic writing – allows us the possibility to study spaces of speaking, writing and biographizing that unveil the essentially political nature of lived migrant experience, both singular and collective, subject to juxtaposed, ever changing, ever more unequal and violent social structures. In this text, complexified by the impact of recent migration in the imagination of centres and peripheries within the modern Portuguese State, we stand against static views of language as monoglossic systems that manipulate and control, and call for political attention to languaging in action (poien), as radically local language doings in movement and situated in history. ‘Telling oneself again’ forges spaces of breathing, where poets/writers/speakers reinvent themselves in-between places and new metaphors.

Keywords: biographization, diversity, language, linguistics-in-flight, migration, poiesis, sociolinguistics.

Revisitando o artigo “Literatura e emigração: poetas emigrantes nos estados de Massachusetts e Rhode Island”, do volume Portugal: um retrato singular (Capinha, 1993), parece pertinente reler este trabalho de referência nos estudos da emigração portuguesa a partir da experiência de investigação biográfica no estudo das migrações. O artigo ocupa-se dos saberes e dos contrassaberes produzidos por poetas da emigração nos estados norte-americanos de Massachusetts e Rhode Island, no final dos anos 1980. Dialogando com o paradigma da semiperiferia de Immanuel Wallerstein, que enquadra teoricamente a reflexão proposta, a poética e a literatura estudadas são encaradas como um despertar dos recursos linguísticos e culturais portugueses na diáspora, conduzidos a um papel central na construção das identidades destes migrantes. Ou seja, o português, língua e/ou cultura semiperiférica, no qual se exprimem estes autores no seio da sociedade norte-americana, tomada como centro – um particularismo aceite como modelo universal, adquire uma relevância fulcral na sustentação e transmissão de uma identidade. Tal facto permite questionar a centralidade da cultura norte-americana no universo simbólico dos portugueses emigrados nos Estados Unidos da América (EUA), que se valem da sua língua materna e da cultura de origem para dar sentido às suas existências.

Apesar do inevitável processo de aculturação na emigração, estes recursos originais presentificam-se através da escrita e da poesia, acabando por constituir uma forma de resistência cultural e, mesmo, de investimento consciente numa certa centralidade historicamente construída da cultura portuguesa no mundo. À luz do que podemos verificar hoje e pensando igualmente no peso do que a própria categoria “emigrante” comporta de negativo na classificação de uma existência ou estatuto social, associada ainda à relativa posição desfavorável de Portugal como economia no sistema mundial, propõe-se aqui pensar as produções escritas por emigrantes, nomeadamente, os que publicaram obras autobiográficas, como uma forma de emancipação glocal.

Muitas destas autobiografias têm um cunho poético, ou foram escritas exclusivamente em forma de poesia, mas outras são também em prosa, relatando as experiências de vida e de emigração. Neste contexto, a referência à história de Portugal, quer como recurso simbólico positivo, quer quanto exercício de escrita e publicação, em livros e artigos de jornal, fazem desta literatura e desta poesia um ‘levantar do chão’ da emigração portuguesa na era da chamada globalização. É certo que os novos suportes tecnológicos de comunicação e de informação contribuem para tal autovalorização das pessoas e para a revalidação identitária na literatura da diáspora. A este propósito, no artigo “Literatura e emigração” fala-se de ambivalência e de contradição, pois os poetas e/ou os escritores da emigração lutam entre a resistência cultural e o desejo de assimilação. O campo dessa batalha é a língua, “porque é aí que qualquer batalha

ideológica se trava” (Capinha, 1993). Daí, o estudo da poesia: “[...] uma forma de expressão em que a linguagem, mais do que qualquer outro tipo de discurso, chama a atenção para si própria, em que existe uma maior consciência da matéria utilizada, ou seja, a língua portuguesa” (ibidem: 522). E acrescenta-se: “Escrever em português, no contexto da emigração, é, sem dúvida, uma tentativa de negar a negação da nossa cultura; é a afirmação de um particularismo cultural num contexto homogeneizante e pretensamente universalista, em prol de um universalismo pluralista” (ibidem). Mas tal batalha é feita pelos emigrantes escritores, consciente ou inconscientemente, tanto em relação à cultura do centro norte-americana no contexto de imigração, como face à cultura erudita portuguesa do contexto de emigração, isto é do lugar de onde partiram.

Dessa forma, constituem as próprias produções escritas dos migrantes uma cultura marginal, que se reflete de uma maneira ou de outra nas políticas migratórias e nos discursos sobre a emigração. Neste contexto traçado por “Literatura e emigração”, a relevância ‘intermediária’ das obras de emigrantes económicos (caso diferente do dos exilados ou do dos intelectuais da diáspora, como Jorge de Sena ou Rodrigues Miguéis), que escrevem e publicam em suportes vários, são aqui analisadas a partir do ponto de vista dos processos de biografização que lhes estão subjacentes. Tal significa que nos interessa compreender a escrita biográfica e autobiográfica de emigrantes portugueses como um produto cultural relevante pelos efeitos identitários e culturais nos sujeitos (que escrevem e que leem), muito mais do que como eventual promoção da cultura entendida como objeto comercial. A importância da literatura e da poesia da diáspora é aqui encontrada no exercício da escrita e na publicação, ainda que se trate de publicações de autor, independentemente da apreciação ou do reconhecimento literário e artístico das obras disponíveis. Tendo em consideração o perfil sociodemográfico da grande maioria dos emigrantes portugueses de primeira geração nos EUA, caracterizado por baixos níveis de escolaridade e pela inserção no mercado de trabalho em categorias operárias e de trabalho manual, tal exercício é relevante também como forma de democratização da educação que consiste em processos não formais ou informais. Estes processos são igualmente considerados como uma forma de ultrapassar os limites que a condição periférica ou semiperiférica de Portugal impôs nas subjetividades, nas competências e nas literacias de quem emigrou.

Os testemunhos biográficos trazem à pesquisa das migrações a necessária informação sobre a experiência migratória de pessoas, em carne e osso, num dado contexto migratório (internacional, inter-regional ou transcontinental), mas também (in)formam o próprio narrador e os narratários sobre as condições de possibilidade de um discurso sobre essa vivência, e de um discurso trazido para a esfera pública, o que, só por si, corresponde ao real acesso a um certo poder (Goody, 2000). Nesse sentido,

os textos autobiográficos são emancipadores tanto dos narradores como dos narratários, por darem, simultaneamente, a conhecer e performarem a identidade dos primeiros e a dimensão coletiva das suas experiências individuais. Por exemplo, na mesma esteira de “Literatura e emigração” e de forma importante, numa pesquisa mais recente, fala-se de como quatro biografias de autores portugueses de New Jersey retratam a realidade histórica e sociológica da emigração de Portugal continental para aquela região da Costa Leste dos EUA, ao longo de várias décadas (Lechner, 2016). Dessa maneira, cumprem a função cívica e política de informarem um público, menos restrito (quando não, vasto) e anónimo, sobre a história de dois países, de várias regiões do globo. As respetivas visões são necessariamente parciais, mas a experiência de cada um daqueles autores é total (no sentido de Ferrarotti, 1981).

Neste contexto, interessa pôr em relevo a passagem à escrita publicada (mesmo em edições de autor, sem revisão ou avaliação) de autobiografias de escritores improváveis à partida, tanto no panorama português, como no norte-americano. As autobiografias destes quatro portugueses de New Jersey não só fazem um contraponto simbólico ao Portugal pobre, rural e pré-democrático, de onde saíram e que os produziu, como traduzem uma emancipação, nos EUA, de uma comunidade lusa pouco associada à escrita ou historicamente associada a baixos níveis de instrução (Pap, 1976). Se a leitura destes quatro livros trará alguma diferença a seu público, é uma questão ainda a pesquisar.

Numa outra vertente, regressar a “Literatura e emigração” será também enunciar alguns dos aspetos que nos levam a enveredar pela sociolinguística dos espaços multilingues de expressão portuguesa, tais como os das etnografias longitudinais sobre práticas multilingues de lectoescrita em contextos de diáspora (Keating e Solovova, 2011). Este processo de torna-viagem (Matozzi, 2016) serve também para fazer testemunho sobre um campo de trabalho que, emergente no texto revisitado, se situa num outro espaço de fronteira disciplinar: o da sociolinguística e, mais especificamente, o de uma sociolinguística das migrações.

O artigo “Literatura e emigração” falava de poética e poesia, e não é de admirar que escolhesse Jorge de Sena para enunciar a cartografia da poesia na emigração portuguesa da América. Da sociolinguística se lhe podem seguir as pegadas, em modo torna-viagem:

Ouçó os meus filhos a falar inglês
entre eles. Não os mais pequenos só
mas os maiores também e conversando
com os mais pequenos. Não nasceram cá,

todos cresceram tendo nos ouvidos
português. Mas em inglês conversam,
não apenas serão americanos: dissolveram-se,
dissolvem-se num mar que não é deles.
Venham falar-me dos mistérios da poesia,
das tradições de uma linguagem, de uma raça,
daquilo que se não diz com menos que a experiência
de um povo e de uma língua. Bestas.
As línguas, que duram séculos e mesmo sobrevivem
esquecidas noutras, morrem todos os dias
na gaguez daqueles que as herdaram:
e são tão imortais que meia dúzia de anos
as suprime da boca dissolvida
ao peso de outra raça, outra cultura.
Tão metafísicas, tão intraduzíveis,
que se derretem assim, não nos altos céus,
mas na caca quotidiana de outras.
(de Sena, 1970: 147)

Observador atento da conversa quotidiana – afinal a “caca-verborreia” onde tudo se dissolve, negoceia, interage, de onde tudo surge e emerge, e para onde tudo regressa, uma vez trabalhado na digestão dos corpos que a produzem –, Jorge de Sena aponta para fenómenos que são alvo do olhar da sociolinguística: a fundamental obsessão pela conversa, pela prática comunicativa e pela interação quotidiana, oral, escrita e multimodal; as dinâmicas de aquisição e socialização linguísticas em espaços comunicativos multilingues e a dissolução de sentidos comuns sobre línguas como sistemas estanques; a ilusão da cultura, dos mistérios da poesia, da tradição e do “que se não diz com menos que a experiência de um povo e de uma língua” (ibidem). Ou seja, de toda aquela substância – sedimentada em espaços-tempos de curta e longa duração – que age nos valores e nas identidades linguísticas, nas representações, nas memórias e nos fantasmas que pairam e que atravessam a atividade semiótica, situada em momentos, em pessoas e em lugares concretos.

Com a percepção dolorosa das dinâmicas e estratégias sociais e cognitivas de memória e de atenção, negociadas na gaguez do dia a dia, Jorge de Sena exorciza a perda da língua e as dinâmicas de mudança linguística; ou seja, a morte e a vida de modos de falar, de desenhar sons, gestos e escrita em íntima articulação com o verbal, que revelam riquíssima diversidade de pensares e conhecimentos em perigo de

extinção. De algum modo derrotista, o poeta parece deter-se no momento da perda e da dissolução de repertórios, e não tanto na surpresa dos momentos de fuga, de colusão e de reinvenção – como o pode ilustrar o fazer poético, que é matéria de criatividade e de sobrevivência. A vida parece ser só vista a partir de uma língua, a ‘sua’ (não a dos seus filhos), afinal com solidez aparente; e as dinâmicas da vida das línguas como se fossem moribundas que “sobrevivendo esquecidas nas outras, morrem todos os dias na gaguez daqueles que a herdaram” (de Sena, 1970: 147).

Enunciado em modo de Exorcismos, o poema “Noções de linguística” ilustra, de modo quase presciente, alguns dos aspetos fundamentais das dinâmicas da diversidade linguística que são objeto de análise dos estudos da linguagem, da cultura e da sociedade desde o século passado (Labov, 2006 [1966]; Gumperz e Hymes, 1972; Hymes, 1996). Foco central na sociolinguística, na antropologia linguística e nos estudos do discurso, a diversidade tem sido alvo não só de descrição empírica, mas também de um compromisso político, por quem faz pesquisa, para com falantes de línguas em posições de minoria. É familiar, a este campo do saber, o problema das identidades e da identificação, da sobreposição e do cruzamento de categorizações linguísticas e sociais, da complexidade da relação entre línguas e seus falantes, dos espaços, dos posicionamentos e das dinâmicas de mudança. Por isso a sociolinguística assume, desde logo e como método, o paradoxo da observação do próprio objeto que usa para a pensar e dizer – a linguagem, situada na sua complexidade multidimensional (Labov, 1972; Gordon, 2012). Sensíveis às dinâmicas microscópicas da fala (essa “caca quotidiana” mencionada por Jorge de Sena), partimos da experiência vivida de falantes que vivem espaços multilingues complexos, e exploramos a natureza heteroglóssica e fluida da atividade humana da linguagem, para além do mero contacto entre estruturas linguísticas. Agora reforçada pelo ritmo intenso de mobilidade e globalização, incluindo as práticas resultantes da presença das tecnologias digitais em todos os domínios da vida humana, a experiência destes falantes e a emergência de outros espaços e materialidades obriga esta disciplina a assumir, de vez, a natureza eminentemente política das dinâmicas semióticas – tal como se afirmava já em “Literatura e emigração”.

Sujeita a transformações cruciais e a uma visibilidade crescente no último quartel do século XX e das primeiras décadas do século XXI, a sociolinguística contemporânea aponta para as dinâmicas pragmáticas, discursivas e transidiomáticas da linguagem nas suas múltiplas modalidades (verbo, olhar, gesto, escrita, imagem estática e em movimento); o foco no enunciado como produto reorienta-se para uma análise historicamente situada da dos processos de enunciação; assumem-se agora falantes com corpo, com experiência vivida e com repertórios linguísticos multifacetados e híbridos (Blommaert, 2010; Busch, 2012; Jacquemet, 2005; Pennycook, 2010), e já não

locutores em situações comunicativas ideais. Por detrás está um olhar para a linguagem em movimento e para a mobilidade de falantes, que vão deixando inscrites pegadas em territórios físicos e simbólicos, e só se compreendem no cruzamento com outros saberes, outros contextos e outras tradições. Tornando visíveis as dinâmicas de mudança – linguística, cultural e semiótica –, estas pegadas libertam a língua, reclamam-na e tornam-na algo que, de facto, “faz a diferença” para quem sobrevive e joga em condições adversas, em negociações complexas de poder e ideologia. A sensação de perda – ou atrição – tem por base uma premissa filológica, inspirada por um entendimento evolucionista de perdas, de ganhos e de processos de extinção de sistemas linguísticos como organismos vivos. A esta premissa se pode associar uma outra, a de que ‘uma língua’ é ‘una’ porque sustentada por ‘uma cultura’ – como se de língua se não depreendesse cultura e ambas não agissem em atividades e sistemas complexos. O desenvolvimento da tecnologia digital, do big data e da inteligência artificial, as questões do humano e não-humano obrigam-nos a olhar para a linguagem, a informação e a comunicação partindo de falantes ciborgues sujeitos a dinâmicas não-lineares de processamento, de produção, de realocização e de deriva hipertextual. Entre muitos outros, estes aspetos obrigam a repensar falantes, repertórios e arquivos linguísticos, e a admitir a existência de conhecimentos distribuídos em múltiplos lugares, cujos algoritmos não se baseiam apenas no processamento interno de falantes ideais em situações comunicativas ideais. É neste sentido que focar a observação na fala, na prática e na atividade comunicativa, situada em momentos únicos permeados pela história, ajuda a tornar visível, concreto e corpóreo o que conta como língua: como, por quem, com quem e para quem esta se constitui como perda ou ganho.

Em suma, “Literatura e emigração” parece intuir a emergência de outras ontologias sociolinguísticas, brevemente resumidas em três pontos: o cruzamento de métodos e metodologias; da gramática para a pragmática; entre o fixo, o fluido e o flexível com vista à justiça social.

Em primeiro lugar, o trabalho cruza, de forma singular, a etnografia e a sociologia com os estudos da literatura e os estudos americanos, apontando para o fazer discursivo e poético de falantes/escreventes emigrantes. Neste sentido, este artigo vai para além da existência pré-determinada de língua e espaço social (ou estrutura), para assumir a natureza situada dos textos poéticos como resultado de ações, de eventos, de atores sociais e de repertórios concretos, acontecendo longe dos centros e das normas (incluindo as literárias e as linguísticas), com histórias de curta, média e longa duração. Tais são as metodologias de uma sociolinguística da mobilidade.

A observação etnográfica da construção do espaço entre-lugares da emigração – ditas entre centro e periferia, ditas semiperiferia, ou ditas zonas de fronteira – ajuda a

perceber a respiração possível, em que os atos de escrita marcam a resiliência, como linhas de fuga e deriva. O método é um ponto poético central, pois é este que determina o objeto de estudo da linguagem – o momento semiótico da prática social, cultural, política. Metodologias que assumem radicalmente o local – preferencialmente partindo de subalternidades ativistas – tornam-se fundamentais para melhor compreender como a linguagem age a partir de múltiplos centros, o que permite seguir o trabalho do resgate de saberes, até aí silenciados, ausentes ou ainda por dizer.

Em segundo lugar, da gramática para a pragmática: o foco na tensão e na rutura permite identificar os lugares por onde se abrem e para onde derivam as imaginações e as projeções das experiências dos escritores estudados em “Literatura e emigração”. Estas dinâmicas de criatividade são mediadas por uma língua que se reinventa, em uso e estruturação de um lugar outro. Por esta razão, a língua não é ‘lugar de’, mas sim, ‘atividade’ de batalha ideológica. Ela escapa, mas incontornavelmente forma territórios, e assim é portal de resistência, canibalização ou negociação cultural, usada como troféu de guerras, de traumas e de violências simbólicas de naturezas várias. Este olhar para a língua liberta-se da verticalidade da hierarquia e da gramática normativa, e procura a horizontalidade da ação forjada na negociação pragmática e micropolítica de saberes e estratégias. Ou seja, a língua materializa-se em fragmento, apropriado na “caca do quotidiano” e retomado – por segundas, terceiras e quartas gerações – como herança imaginada, conforme os horizontes que essa imaginação propicia. Percebemos assim a ‘língua’ nas percepções, nas atitudes e nos valores ideologicamente forjados nos desejos: “dar estudos aos filhos”, criar identidades “qualificadas” (professora, médica, advogada, escritora e produtora de sentidos; identidade letrada, como forma de resgatar analfabetismos passados), inventar cosmopolitismos. Para entender estes processos, a linguística deve reclamar a sua vocação socio-histórica, sociocultural e pragmático-discursiva, e um olhar renovado para falantes multilingues, que agem em processos de socialização em práticas sociais e materiais de conhecimento.

Pôr de lado o essencialismo linguístico e seguir a fluidez do movimento das práticas linguísticas e comunicativas está longe de correr o risco do relativismo puro ou da perda de uma perspetiva que assuma a ideologia e o poder. A fluidez e flexibilidade permitem assumir a natureza política estruturante da atividade semiótica, a acontecer a múltiplas escalas de ação. Isto permite-nos outra compreensão das dinâmicas locais de fechamento e de criatividade, de acesso ou de exclusão, explicadas à luz do cruzamento de regimes histórico-discursivos em jogo a dado momento e lugar.

Observadora da negociação local da língua como legítima e/ou autêntica, a abordagem de “Literatura e emigração” permite-nos entender como se forjam identidades impostas, negociadas, resistidas, desejadas ou projetadas por falantes em

falas, tempos e lugares concretos. Com o horizonte na justiça social e cognitiva, permite desbloquear a escuta de uma língua que se diz nos espaços menores e informais de sobrevivência, proteção ou revitalização, tais como aqueles criados por línguas minoritárias, indígenas ou de migração. Entre tantos outros, estes ilustram alguns lugares de ‘desvio’ de normas sedimentadas e internalizadas ao longo da história instituições dominantes (estatal, nacional, branca, ocidental, cristã, masculina, qualificada). Por isso mesmo, vale a pena procurar o ponto de onde partem falas subalternas face a processos violentos ou subtis de dominação, assim como ajuda o pensamento crítico que procura nomadizar a diferença e a hierarquia, buscando ecologias de saberes que permitam, de facto, pensar de outra maneira.

A aventura de navegar por entre os lugares inóspitos e inexplorados de uma linguística em fuga e em deriva por entre línguas embateu, a cada movimento de sentidos, em muros disciplinares variados: da arte à sociologia, da antropologia à ciência política, da literatura às versões hegemónicas formais das ciências da linguagem. Ativista dos saberes linguísticos nas migrações subalternas, veja-se como, 25 anos depois do artigo em revisitação, a “Sapateia” foi dando lugar ao rap e à Ryanair e se transformou em meme, circulando pelos telemóveis e plataformas.¹ O que diria Jorge de Sena sobre a sua língua no século XXI? Que diria sobre os novos contornos da migração, a sua imaginação do centro ou as políticas de falso reconhecimento?

De facto, muito mudou nas décadas que passaram desde a primeira edição do volume Portugal: um retrato singular. Portugal consolidou a sua posição na União Europeia, alargada entretanto a 28 membros, tendo-se tornado um portal de movimentos migratórios para a União, através dela e para fora dela. Após a sua inserção no Espaço Schengen (1995) e a injeção de fundos da Comissão Europeia para financiar as grandes obras da época (EXPO-1998, autoestradas e pontes, etc.), por um lado, e, por outro, em consequência da devastadora crise financeira nos países pós-soviéticos em 1998, o Estado português começou a enfrentar uma imigração massiva, vinda de países sem ligações históricas ou coloniais com Portugal. Neste processo, o lugar semiperiférico de Portugal no sistema mundial ficou reforçado ainda mais: o país continuou posicionado na semiperiferia da economia mundial, empurrando a população portuguesa para emigração, ainda que o mesmo estado da economia nacional, como se do centro se tratasse, atraísse imigração nova, vinda da Europa de Leste. Essa imigração representou um desafio substancial – ainda não enfrentado até à data – para o Estado-como-imaginação-do-centro:² embora fossem economicamente vulneráveis,

¹ Ver, a título de exemplo, o rapper Sandro G em <https://www.facebook.com/pg/sandrogmusic/about/>, <https://www.youtube.com/watch?v=opL5VjRhkNc&list=RDCMCaz1b7A4s&index=18>.

² Segundo Boaventura de Sousa Santos, o Estado-como-imaginação-do-centro tem três dimensões:

os novos imigrantes eram profissionais qualificados (Baganha et al., 2004), que traziam toda uma história de socialização cultural e escolar na URSS e nos países pós-soviéticos, com padrões diferentes de grupos imigrantes anteriores.

Apesar de inteiramente heterogênea e complexa, a socialização cultural e escolar desta população tinha como um dos seus sustentáculos uma hierarquia de culturas em que a língua russa era discursivamente instrumentalizada como central. Na URSS, a língua russa era considerada língua de ciência, de administração, de política e de “comunicação intercultural”, ou língua “supraétnica” (Pavlenko, 2008). As línguas ditas “titulares”³ estavam associadas às humanidades, à literatura e ao folclore (Alpatov, 1997), sendo que as línguas minoritárias dependiam do apoio das autoridades regionais e locais. Neste contexto, e independentemente do onde se encontrassem no território da URSS, os falantes de russo podiam continuar a ser monolíngues; os falantes das línguas titulares deviam ser bilingues; e os falantes de línguas minoritárias eram obrigados a ser bilingues ou multilingues (Pavlenko, 2008: 8). A independência dos estados pós-soviéticos levou 25,3 milhões de russos (ibidem: 9) a ficar fora do território da Rússia (a chamada “beached diaspora”, ver Laitin, 1998: 29) e muitos deles migraram para a Rússia e para a Europa.

A vinda dos novos imigrantes para Portugal acionou, deste modo, uma tensão discursiva entre a percepção da centralidade da economia portuguesa para o sustento das suas famílias e o questionamento da centralidade (no mundo) da cultura portuguesa – tal como acontecia com os emigrantes portugueses nos EUA, ao tempo da pesquisa do artigo “Literatura e emigração”. Entre os imigrantes pós-soviéticos, o mecanismo de construção da dimensão simbólica da imaginação do centro construída pelo Estado português acabou por ser apropriado para a língua russa (e de certa forma, para as outras línguas faladas em contexto familiar). Concordando com Capinha em que a língua constitui “por excelência, um espaço em que se processa o confronto entre as duas culturas” (1993: 517), é importante também focar a nossa atenção naquele espaço onde todas as dimensões da imaginação do centro se tocam, isto é, o espaço das políticas linguísticas que o Estado português emitiu na sequência da nova vaga de imigração.

Ao formular decisões sobre as línguas em uso, ao monitorizar e regular os seus espaços e as suas formas de ação e ao identificar os atores considerados legítimos (Hornberger, 2002; Shohamy, 2006), as políticas linguísticas atuam sobre as três dimensões do Estado-como-imaginação-do-centro. Elas operam sobre a dimensão

simbólica, económica e política (Santos, 1993: 49).

³ “Titulares” são línguas oficiais da determinada república soviética. Em algumas das repúblicas, a língua titular não refletia necessariamente a composição étnica maioritária da república.

simbólica, pois reciclam, providenciam, tornam salientes e perpetuam determinados discursos, ao mesmo tempo que invisibilizam e marginalizam outros. Elas influenciam a dimensão política, pois acabam por categorizar os mais variados grupos de pessoas ao longo do seu percurso de acesso legal à residência e à cidadania, construindo trilhos e canais, bloqueios e filtros. Por fim, elas têm impacto na dimensão económica, pois regulamentam e monitorizam as trocas e os mecanismos de acesso à formação profissional e ao emprego. Neste sentido, as políticas linguísticas constituem um nexo de práticas e de discursos, um “dispositivo”, como dizia Foucault (2000),⁴ um campo de ação política, que determina, como parte da Europa, todas as esferas de vida dos novos migrantes em Portugal. Diremos, pois, que a cada Sul o seu Norte, a cada Norte o seu Sul (Baganha, 2001).

Alerta-nos Baganha (ibidem) para o facto de as divisões entre Norte e Sul não serem apenas socialmente construídas, mas também mutuamente dependentes e interpenetráveis. O mesmo pode ser dito, nas sociedades globais, sobre o eixo Leste-Occidente (Este-Oeste) e a divisão entre a periferia e o centro. As suas relações são cada vez mais fluidas e complexas, e não podem ser vistas como dicotomias. Ainda em 1993, em “Literatura e emigração”, afirmava-se que a língua portuguesa funcionava como centro em relação às ex-colónias (Capinha, 1993: 520). Pois bem, perante o volume crescente da imigração pós-soviética, o Estado português, na sua imaginação de centro, começou, primeiro, por reciclar as medidas políticas que já havia aplicado, na década de 1980, às populações vindas das antigas colónias. Tentou, assim, aplicar à nova realidade as medidas dos chamados Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, que tinham sido orientadas para comunidades locais, muitas vezes com base em diagnósticos realizados pelos estabelecimentos de ensino – os quais se apoiavam em “preconceitos e estereótipos misturando situações reais com juízos de valor duvidosos e, até, preconceitos racistas” (Ferreira e Teixeira, 2010: 347).

A primeira resposta da sociedade civil pensada com base nas necessidades específicas dos novos migrantes veio da Igreja Católica, que providenciou o apoio na aprendizagem da língua portuguesa e na inserção profissional. Essas medidas foram gradualmente centralizadas através das metas de edições consecutivas do Plano Interministerial para a Integração da população migrante, em que as quatro áreas prioritárias de intervenção (educação, cultura, qualificação profissional e formação) tinham o domínio da língua portuguesa subjacente. Quando falavam da “língua”, no

⁴ O dispositivo circunscreve um conjunto decididamente heterogéneo “que engloba discursos, instituições, organizações arquitetónicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 2000: 244).

singular, esses documentos referiam-se à língua portuguesa; a formulação “as línguas” referia-se a todas as outras.

A centralidade da língua portuguesa mantém-se na última edição do chamado Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM), no qual o uso da expressão “a língua” se refere ao português, definindo quatro metas específicas dedicadas ao ensino e promoção da Língua Portuguesa como parte da estratégia para as migrações. Na educação formal básica e secundária, a estratégia centralizadora consiste na implementação do modelo de imersão linguística e na construção de um novo “dispositivo” – são essas as orientações pedagógicas do Português como Língua Não-Materna (Leiria et al., 2005), que vieram a ser reforçadas no PEM 2015-2020. No âmbito deste modelo, diferentes línguas faladas por migrantes são sujeitas a um diagnóstico destinado a identificar os erros mais comuns no processo de ensino/aprendizagem de português pelos seus falantes. Esse diagnóstico deu origem a uma classificação das línguas face à sua distância do português europeu. Ora, o impacto político desta medida é bastante complexo. Em primeiro lugar, alerta para a diversidade de percursos escolares e familiares que têm o português europeu como componente estruturador, face aos repertórios de lusodescendentes, de estudantes-falantes do português do Brasil, de crioulos de base lexical portuguesa e de línguas africanas. Permite, assim, diversificar a resposta pedagógica e levá-la ao encontro das necessidades específicas destas populações – ao mesmo tempo que reforça o papel central da língua portuguesa, tornando evidente a distribuição do poder social. Em segundo lugar, o modelo de Português como Língua Não-Materna arruma na mesma categoria todos os recursos linguísticos de falantes de línguas “distantes”, desde o mandarim até ao russo, em que todas se passam a definir em relação a essa distância. As diferenças entre os grupos de falantes dentro dessa categoria (Português como Língua Não-Materna) ficam invisibilizadas e ignoradas, daí resultando um falso reconhecimento de representação cultural.

Assim, em consequência da migração oriunda de países sem ligações históricas, criou-se na sociedade portuguesa uma hierarquia na distribuição do multilinguismo a partir da centralidade da língua portuguesa, sustentada pelos instrumentos legais de acesso à educação, ao emprego e à formação profissional, à residência permanente e à cidadania. Nesta hierarquia, a língua russa tem estatuto de língua migratória e de língua de herança, enquanto manteve e reforçou, à escala⁵ do ensino superior em Portugal, o estatuto oficial de língua moderna. Visto assim, o russo adquire em

⁵ Entendemos por “escala” um determinado enquadramento espaço-temporal em interação com outros enquadramentos. Neste sentido, o enfoque recai sobre o movimento e o tipo de relação entre os enquadramentos (Blommaert, 2010: 5).

simultâneo um estatuto de língua moderna e “não-moderna” – ou seja, funcionando em duas escalas espaço-temporais diferentes num mesmo lugar, assim contestando a centralidade simbólica da língua portuguesa. De facto, a centralidade do português é questionada numa escala global e no sistema-mundo, onde a língua portuguesa tem, ainda de acordo com toda a investigação realizada e apresentada em Portugal: um retrato singular, um estatuto semiperiférico. A língua portuguesa posiciona-se discursivamente como uma língua moderna e como uma língua de herança (Flores e Melo-Pfeifer, 2014), neste caso, uma língua migratória.

A partir deste momento na história, ambas as línguas – russa e portuguesa – ou melhor, os grupos de recursos linguísticos nessas línguas interagem, reinventando-se e reposicionando-se em relação uma à outra (bem como em relação às outras línguas), dando origem a novos campos de ação social e política, e tornam evidente a policentricidade da dimensão simbólica⁶ em que o Estado português e o Estado russo tentam imaginar a sua centralidade. A falta de reconhecimento da fluidez e complexidade espaço-temporal, em termos de escalas de avaliação do seu estatuto, tem efeitos políticos e económicos para vários grupos na sociedade, incluindo aqueles que falam outras línguas para além do português. Todo e qualquer aspeto da migração (sazonal, laboral, forçada, política, lifestyle) tem um valor simbólico associado a ideologias linguísticas, o que resulta na marginalização ou fortalecimento da posição de falantes em mobilidade conforme a sociedade de acolhimento.

Os campos emergentes de ação social e política ancoram-se em processos de resistência à periferização das línguas eslavas e resultam das diferenças de posicionamento destas línguas na distribuição multilingue da sociedade portuguesa. Dada a imensa complexidade destes processos em contextos multilingues migratórios, é difícil comparar, de forma direta, a resistência à periferização da língua russa pela migração pós-soviética em Portugal⁷ com os processos de resistência individual e coletiva resultantes da periferização da língua portuguesa nas comunidades de emigrantes portugueses nos Estados Unidos. Ambos, porém, levam à criação de espaços linguísticos que disputam a centralidade simbólica da língua dominante, manifesta na criação de prestígio alternativo legitimado por grandes narrativas históricas, conhecimentos naturais e modelos pedagógicos. A criação de espaços alternativos de escolarização é disso exemplo, e surge, em vários pontos, num espectro de formalização de ensino, desde os espaços informais geridos pelos pais migrantes,

⁶ Para ler mais sobre escalas e policentricidade dos valores do português no espaço europeu, ver Keating e Solovova, 2011; Keating et al., 2013; Keating et al., 2015.

⁷ Solovova acompanhou os processos de resistência à periferização da língua russa em Portugal, no âmbito de uma etnografia linguística longitudinal (2005-2012) de uma escola informal organizada por migrantes de Leste europeu (cf. Keating e Solovova, 2011; Keating et al., 2013; Keating et al., 2015).

até aos espaços de certificação atribuída pelos ministérios de educação dos países de origem. Na diáspora portuguesa, estes espaços surgiram a partir da década de 1960, tendo obtido apoio das autoridades locais e comunitárias, já na década seguinte, e começando a beneficiar do apoio do governo português em 1976 (Keating et al., 2013; Keating et al., 2015). “Literatura e emigração” refere os jornais da diáspora e a escola de ensino de português na Casa da Saudade, já antes de 1993 (Capinha, 1993: 527). Assim, também na comunidade portuguesa de New Bedford, a língua é vista como “principal guardiã dos valores e o espaço em que se processa o confronto entre as duas culturas” (ibidem: 517), e o campo de ação de resistência situa-se na memória dos tempos em que a língua e a cultura eram o centro (ibidem: 521).

Nas últimas décadas, também o Estado russo e os Estados de alguns países pós-soviéticos abriram caminho a essa resistência, tendo legislado a provisão de apoio oficial às atividades de ensino e de promoção de línguas e de culturas das comunidades emigradas aos seus filhos. Em primeiro lugar, o Estado russo declarou a Federação Russa como sucessora legal da URSS. Os textos emitidos pela agência governamental, que coordena e distribui esse apoio (Russky Mir [Mundo Russo]), são dirigidos a “filhos de compatriotas a viver no estrangeiro” (Lei Federal 24/05/1999) e permeados pelos discursos da herança cultural e linguística. A definição de “compatriota” nesta lei fundamenta-se em dois critérios: a evidência de cidadania no império russo, na URSS ou na Federação Russa; e a “autoidentificação de ligação cultural, mental e legal com a Federação Russa” (ibidem). A língua russa é considerada uma expressão importante desta “ligação” e uma componente essencial da herança que serve para construir a comunidade. Essa comunidade é então imaginada através de duas estratégias: anunciar a continuidade entre os organismos tão distintos como um império, uma união de repúblicas socialistas e uma federação; e assumir o controlo sobre os discursos de herança, selecionando determinadas narrativas em detrimento de outras.

A construção de uma comunidade de compatriotas com base nestes critérios – para promover o ensino de russo como língua de herança – tem um efeito homogeneizador sobre as pessoas e os grupos envolvidos, pois os conceitos de compatriota e de comunidade aplicam-se sem qualquer reflexão crítica sobre as relações de poder que atuam dentro da comunidade construída, ou sobre ela. Ao mesmo tempo, por envolverem o lado emocional, os conceitos de “comunidade” e de “herança” estão carregados de valor ideológico, sendo este utilizado para exercitar o controlo e para definir a autoridade (Crooke, 2010: 27). Neste processo, criam-se discursos poderosos de solidariedade, que silenciam e que invisibilizam a diferença. Waterton e Smith (2010: 9) descrevem este processo da maneira seguinte: “Ele branqueia a desarmonia, o poder

e a marginalidade, assim aumentando o falso reconhecimento. Ao fazê-lo, legitimam-se algumas versões do que é herança, enquanto outras são desacreditadas”.⁸

As ideias de comunidade e da sua herança implicam uma relação com o passado. Ao assumir, sem qualquer reflexão crítica sobre o passado imperial, a continuidade entre o império russo, a União Soviética e a Federação Russa, os discursos sobre a herança linguística e cultural, proferidos pela agência governamental Russky Mir, fossilizam essa relação e situam-na nas políticas de língua imperial. Por falta da reflexão crítica sobre o seu passado e em consequência da crise política na Ucrânia, a questão linguística ficou politizada dentro da “dita” comunidade de compatriotas: se, antes da crise, havia aulas de língua ucraniana em escolas de fim de semana (“escolas russas”) apoiadas pela agência governamental Russky Mir, depois da crise, formaram-se escolas ucranianas em separado. Qualquer projeto sobre herança linguístico-cultural que surja da comunidade é contestado devido às suas implicações políticas. Os pais migrantes, que não concordam com os discursos da agência quanto à construção da herança cultural e linguística, retiram os filhos das escolas e procuram formas alternativas, ainda mais marginalizadas, de providenciar a socialização cultural (ensino em casa e à distância). Ou seja, a memória da língua russa como centro fica ativada enquanto ação de resistência à sua periferização e cria um espaço consolidado para o seu ensino/promoção. Ao mesmo tempo, para muitos migrantes dos países pós-soviéticos, a opção política dos respetivos governos rumo a discursos de língua de herança significa legitimar, de certa forma, a distribuição de poder no âmbito da política linguística de Português como Língua Não-Materna no ensino formal: uma língua central, designada como “a língua”, ocupa todo o espaço por ela habitado. As línguas outras – “as línguas” dos migrantes – segundo essa política, pertencem ao espaço da comunidade de compatriotas, que se situam no contexto familiar e de recreio.

Harvey (2001) traça uma ligação entre o surgimento do conceito de herança, na segunda metade do século XX, e o aparecimento da economia pós-moderna. Em tempos de globalização, a cultura e a língua (ou melhor, determinados recursos culturais e linguísticos associados ao poder) tornam-se mercadoria (Appadurai, 1986). Nos anos recentes, o Estado russo e o Estado português começaram a falar do valor económico das respetivas línguas (cf. Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Russky Mir). Este discurso já está a ter um impacto sobre as respetivas línguas de herança, que passarão a ter (ou já têm, de forma implícita) um valor economicamente expresso – algo já referido em “Literatura e emigração”. Com o conceito de língua de herança, a

⁸ No texto original: “It washes over disharmony, power and marginality, thereby heightening misrecognition. In so doing, some understandings of heritage are legitimised, while other nuances are discredited” (Waterton e Smith, 2010: 9).

distribuição desigual de poder é institucionalizada. Dado o seu valor económico, essa falta de justiça social terá efeitos concretos sobre a vida e o bem-estar dos seus falantes, não só na dimensão simbólica, mas também na dimensão económica – isso mesmo parecia comprovar-se, já em 1993, no contexto da emigração portuguesa em solo norte-americano. Avisam Waterton e Smith (2010), inspiradas no modelo de reconhecimento de Nancy Fraser (2008): um falso reconhecimento da comunidade e da sua herança nos discursos institucionais leva à deturpação da sua imagem na sociedade e, assim, a uma representação política inadequada. Também por causa deste falso reconhecimento, a condição migratória das comunidades discutidas levará a uma distribuição injusta de recursos económicos.

Neste sentido, e apesar de ter em vista a criação de mecanismos de integração social dos migrantes, as políticas linguísticas acionadas pelos dois Estados na sua imaginação do centro (isto é o Português como Língua Não-Materna e o apoio ao ensino de língua russa para os filhos de compatriotas) acabam por agravar a injustiça. Promovendo uma visão estereotipada (e agora institucionalizada) das comunidades e dos seus valores, estas políticas representam de forma errada os grupos em causa. Uma vez que provêm de organismos estatais, estes discursos são perpetuados pelas autoridades e pelos peritos institucionais, políticos e académicos. Desta forma, os migrantes continuam a ser mal representados, marginalizados, economicamente discriminados e representados de forma politicamente falsa nas sociedades de acolhimento. Esse é o perigo político de descrever comunidades, os recursos linguísticos e culturais a elas associados (incluindo a comunidade portuguesa e a língua portuguesa) de forma singular – no sentido gramatical do termo. Observando construções discursivas formuladas no âmbito de políticas linguísticas em termos de socialização escolar (Português Língua Não-Materna), emitidas na sequência de uma migração recente de novos grupos, há que sublinhar a necessidade de reconhecer de facto a policentricidade perante o sistema-mundo global.

Partindo do capítulo revisitado e a título de comparação, percebe-se agora como é necessário rever os mecanismos de resistência através da língua nos discursos de “russo para filhos de compatriotas”, assim como assinalar os efeitos políticos devastadores de uma aplicação acrítica do conceito de herança linguística e cultural. De acordo com Harvey (2001: 326, 329), o caminho para resolução do problema da agravada injustiça social poderá passar por libertar o conceito de herança das rédeas da essencialização e da fossilização, ancorada em comunidades supostamente estanques e homogéneas. Se assim não acontecer, continuaremos a reproduzir a fixidez dos estados-nação e a unilateralidade do espaço-tempo, onde o espaço se traça numa linha só, desde o contexto familiar, comunitário, migratório e do país de

acolhimento para um sistema-mundo, sem nos determos nos pontos de interligação. O olhar persiste fixo na tradição e na memória do passado, em detrimento de uma projeção para o futuro – sem pensar na dimensão cíclica, na reciclagem e na recorrência, em que a voz de outras (novas) gerações não é tida em conta. O resultante agravamento da injustiça social, que provém dessa fixidez e da linearidade, tem em vista reforçar a imobilidade de alguns (os migrantes dos países em desenvolvimento), ao mesmo tempo que os outros (os cidadãos dos países ditos desenvolvidos) beneficiam de um número acrescido de mecanismos para uma maior mobilidade (Urry, 2007: 11). Emitidas a partir dos estados-nação, esse tipo de construções discursivas pertence ao passado, pois não tem em conta o impacto, nas sociedades, da mobilidade e da diversidade intensas, nem o impacto das novas tecnologias na construção da herança e da comunidade.

Seria interessante voltar, 25 anos volvidos, ao campo em que a observação de “Literatura e emigração” foi feita e tentar perceber como esses fatores operam agora. Poderemos associar a herança e a comunidade à agência e à ação humana, situando-as nos processos sociais, nos interesses políticos e nas experiências vividas pelas comunidades locais concretas? Desta forma, a herança passa a ser um processo e não um resultado, em que a voz de novas gerações também é ouvida e incluída na sua construção (no “fazer”, poiein, que é raiz de toda a poesia). E por ser um processo construído ao longo da história – um espaço de negociação discursiva –, torna-se importante reconhecer a importância de um olhar atento, etnográfico e colaborativo, participativo e transformador. Deste ponto de vista, Portugal, enquanto país de emigração e imigração, torna-se cada vez mais singular – em todos os sentidos da palavra, menos no gramatical.

Foi talvez essa singularidade, também com toda a diversidade de identificações locais e quase nunca nacionais (apenas quando face a processos de discriminação), que primeiro apelou à curiosidade de uma estudiosa da literatura habituada a lidar com a literatura e a cultura no suporte único dos livros. Jorge de Sena foi o começo do seu projeto, mas este rapidamente passou para o fim perante a complexidade das dinâmicas linguísticas e/ou literárias da construção identitária em que aculturação e resistência cultural produziam uma tessitura da emigração portuguesa em que se via envolvida de forma inesperada. As hierarquias das línguas, entre o inglês e o português, mas também em meio do chamado portinglês, faziam de toda a performatividade criativa da língua um novo espaço de exploração literária em que a batalha ideológica se revelava num processo permanente: um espaço permeado por contradições e ambivalências que obrigavam a rever muitos saberes e a permitir que outros, novos, contrassaberes, emergissem.

Entender a literatura também como espaço de sobrevivência de um “eu” a fazer-se exigia um outro tipo de observação, um olhar interdisciplinar que estivesse, também ele, num espaço de fronteira – no sentido de *borderland*, que, enquanto americanista, a autora bem conhecia, mas que agora se revelava como novo e útil instrumento para outras observações, como este próprio texto bem demonstra. A aprendizagem da cidadania tornou-se um dever de observação e de reflexão sobre linguagem e poder – e toda a forma de entender a investigação literária e/ou a literatura se transformou.⁹ Como também se transformou o modo de lidar com outras áreas disciplinares, tornando absolutamente necessário exigir, de uma forma ou de outra, esse olhar e essa reflexão sobre a linguagem no âmbito das outras ciências que sobre a cidadania, as identidades, os direitos humanos ou a justiça se debruçam.

Com um pouco de imodéstia, talvez esse trabalho, realizado no final da década de 1980 e publicado no início da década de 1990, tenha tido algo de pioneiro,¹⁰ decerto na forma como a escrita literária da emigração portuguesa começou a ser encarada de modo bem diferente – ou, até, simplesmente, começou apenas a ser encarada. Afinal, as primeiras apresentações públicas do trabalho tiveram, em Portugal, uma receção entre o horror, o espanto e o humor (porque “aquilo não é literatura”, “mas aquela ‘gente’ sabe lá escrever!”, ou “mas até há coisas interessantes!” e “que engraçados, esses versos do Zé da Chica!”).

Trabalhos posteriores parecem comprovar que se tratou de um começo, remetendo para o pequeno ensaio “Literatura e emigração” como esse quase primeiro passo no espaço académico português. E “quase” porque, em rigor, havia já, fora de Portugal e ligado a outros espaços académicos, outros trabalhos que começavam a olhar para esta forma de literatura e que agora incluíam a referência ao pequeno capítulo de Portugal, um retrato singular (cf. por exemplo, Onésimo Teotónio de Almeida, 1998 e 2018). Mas também de relevar é o facto de o ensaio parecer ter aberto as portas a um tipo de estudo literário e linguístico que avança por questões outras aí inicialmente enunciadas e, talvez por isso, para ele as remetendo posteriormente — como a das identidades, a das relações entre línguas, a das desigualdades resultantes de realidades económicas e políticas em que a emigração se faz uma espécie de microcosmos da observação, capaz de apontar para as diferentes variáveis a nível macro (veja-se, por exemplo, o trabalho de Isabelle Simões-Marques, 2011, 2012 e 2018; teses de doutoramento, como as de Martina Matozzi, 2016; ou o trabalho de Ana Paula Coutinho Mendes, 2003 e 2009 – trabalhos entre outros, em que também se contam os das autoras deste texto).

⁹ Por exemplo, na forma como é possível pensar a poesia dos emigrantes portugueses a partir de uma comparação com alguma poesia de vanguarda norte-americana (Capinha, 2001).

¹⁰ Um pouco anedótico, certamente, será o facto de Homi Bhabha ter falado de *inbetweenness* (Bhabha, 1994) um ano depois de “Literatura e emigração” ter já falado dessa cultura “entre”.

No Brasil, logo em 1994 e 1995, a dar início a um projeto de índole comparativa (Capinha, 1997 e 2000), ao chegar, respetivamente, às Universidades de São Paulo e de Campinas e, depois, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a surpresa não podia ter sido maior: estudantes e professores já conheciam o pequeno ensaio e muitos foram os convites à sua autora para palestras e participação em seminários de estudos pós-graduados; o mesmo acontecendo para várias outras colaborações, algumas já anteriormente iniciadas, como aconteceu com Bela Feldman-Bianco (1992 e 1993) ou, já mais recentemente e por solicitação do autor, com Alfredo Bosi (Capinha, 2014), para referir apenas dois exemplos.

Ainda que apenas enunciada em “Literatura e emigração”, a problemática à volta das mulheres da emigração esteve presente no estudo conjunto que de imediato se seguiu: o projecto de Capinha e Keating, *Emigração e identidade* (JNICT/CES, 1997), que haveria de se ver continuado na investigação para um doutoramento a que já se fez referência, realizada por Keating, sobre mulheres emigrantes em Londres. Também Capinha (1998) haveria de dar continuidade ao trabalho iniciado com um outro texto já especificamente dedicado a mulheres poetisas emigrantes, mas outros trabalhos sobre mulheres e emigração remetem para “Literatura e emigração”, como é o caso, na publicação e-cadernos CES, de Clara Moura Lourenço, sobre testemunhos de mulheres emigrantes, desta feita, em França (Lourenço, 2008).

Quanto às mulheres poetisas que “Literatura e emigração” tratou, talvez o destaque tenha de recair sobre Elizabeth Figueiredo, que continua a publicar em algumas revistas e antologias de poesia, colaborando no blogue “Comunidades”, da RTP Açores. É hoje casada com Darrell Kastin, músico e escritor, também de origem açoriana. Visita de vez em quando o seu país de origem e fez recentemente uma breve leitura da sua poesia na Universidade de Coimbra, ao lado do marido, que é hoje um dos nomes mais reconhecidos no mundo da literatura luso-americana. Autores não-tratados em “Literatura e emigração”, não sendo poetisas e não tendo ainda obra visível em 1993, Darrell Kastin e Katherine Vaz (sem dúvida, a ficcionista lusodescendente mais reconhecida nos EUA, mas cujo primeiro romance, *Saudade*, só veio a lume em 1994) escrevem em inglês e fazem hoje parte desse cânone maior da literatura étnica e multiculturalista norte-americana.¹¹ Ambos os autores são já hoje igualmente tratados

¹¹ Autor de contos e romances passados nos Açores, Kastin foi diversas vezes premiado: *The Undiscovered Island* (2009) – Silver IPPY Independent Publisher's Award for Multicultural Fiction de 2010; *The Conjurer and other Azorean Tales* (2012) – USA Best Book Award for Multicultural Fiction e Global Ebook Award Silver Medal for both Short Stories/Fiction and Fiction/Multicultural, ambos de 2014. Katherine Vaz recebeu, entre muitos outros prémios, o Drue Heinz Literature Prize 1997, por *Fado and Other Stories* (1997); e o Prairie Schooner Book Prize 2007, por *Our Lady of the Artichokes and Other Portuguese-American Stories* (2008).

pela crítica portuguesa e ensinados no âmbito dos estudos literários em Portugal – mas o reconhecimento pelo cânone norte-americano não será certamente alheio a este facto.

Quanto a Teixeira de Medeiros, o velho poeta da tradição oral, faleceu em 1995, não sem antes voltar a visitar a sua terra natal, a ilha de São Miguel, tendo sido justamente homenageado, quer nos Açores, quer em Fall River, cidade onde residiu até ao fim dos seus dias. Na geração mais nova, continuando a sua sempre intensa atividade literária, destacamos José Brites, que, além de à poesia e à ficção, se tem também dedicado, em anos mais recentes, à recolha da poesia da tradição oral no espaço da diáspora (Brites, 2000).

Apesar de as vozes de alguns destes autores e destas autoras serem hoje um pouco mais audíveis, a verdade é que o campo literário português continua a estar bastante fechado para manifestações literárias e para vivências de uma portugalidade outra. Estas são, contudo, vozes extremamente enriquecidas e enriquecedoras de um espaço interidentitário, sempre em processo complexo e sempre inacabado. Houve melhorias, mas, claramente, isso ainda não é suficiente para incluir e visibilizar essa outra dimensão da literatura portuguesa.

Enfim, desde 1993, muitos foram os diálogos encetados e uma enorme diversidade de perspectivas se tem vindo a construir à volta da emigração portuguesa, mas também da imigração para Portugal – como também a investigação de Solovova e de Lechner deixa claro. A ironia é que, em 1988, data em que se iniciou a pesquisa que deu origem ao ensaio aqui revisitado, a sua ingénua autora estava longe de imaginar que o que considerava um tema tão marginal quanto o da literatura da emigração portuguesa e o da própria emigração, em geral (além do que já era o trabalho sobre estudos demográficos ou da área da sociologia do trabalho e do direito), haveria de se constituir como um dos temas mais prementes e fundamentais para o entendimento de um mundo em que, nunca como hoje, a transnacionalização do mercado de trabalho e as tragédias da fome e da guerra – provocadas pelas, ditas, economias do “centro” – se fazem sentir. Observar de forma crítica a construção dos discursos ideológicos que subjazem a esta ordem do real – observar esse “fazer” (poiesis) que dá origem a todas as representações socialmente construídas, ou seja, que dá origem àquilo a que chamamos “real” – é observar o político na sua raiz. É essa reflexão sobre o poder da linguagem que, como começámos por afirmar, se torna inevitável ao estudar a vivência da emigração/imigração, como bem se comprova nas várias áreas científicas que prestaram atenção àquele pequeno ensaio de 1993, ou que, mesmo sem o conhecerem, partilharam/partilham algumas das suas linhas e estratégias de pesquisa.

No contexto da emigração/imigração, trata-se, sempre, de encontrar estratégias de sobrevivência por entre a complexidade de hierarquias de natureza vária que se jogam

e se confrontam nos vários campos. Mas trata-se, sempre, de encontrar as novas metáforas com que se terá de viver, sabendo que essas metáforas nunca serão definitivas e, assim sendo, nunca funcionarão como um produto totalizado e com valor de mercado. Trata-se, afinal e tão só, de participar no processo em que, como um daqueles poetas de “Literatura e emigração” já sabia, haverá sempre que aprender “a dizer-se outra vez”.

GRAÇA CAPINHA

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra | Secção de Estudos Anglo-Americanos, Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: gcapinha@ces.uc.pt

CLARA KEATING

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra | Secção de Estudos Anglo-Americanos, Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: clarakeating@ces.uc.pt

ELSA LECHNER

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: elsalechner@ces.uc.pt

OLGA SOLOVOVA

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: olga@ces.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Onésimo Teotónio de (1998), “Duas décadas de literatura luso-americana, um balanço (1978-1998)”, *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 1, 327-347.
- Almeida, Onésimo Teotónio de (2018), “Two Decades of Luso American Literature. An Overview”, in Asela Rodríguez-Seda de Laguna (org.), *Global Impact of the Portuguese Language*. New York: Routledge, 231-256.
- Alpatov, Vladimir (1997), *150 línguas e a política [em língua russa]*. Moscovo: Instituto de Estudos Orientais, Academia de Ciências da Rússia.
- Appadurai, Arjun (1986), *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baganha, Maria Ioannis (2001), “A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 135-159.

- Baganha, Maria Ioannis; Marques, José Carlos; Góis, Pedro (2004), "Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 95-115. DOI: 10.4000/rccs.1340.
- Bhabha, Homi (1994), *Location of Culture*. London: Routledge.
- Blommaert, Jan (2010), *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brites, José (2000), *Cantigas ao desafio na diáspora*. Rumford: Peregrinação Ed.
- Busch, Brigitta (2012), "The Linguistic Repertoire Revisited", *Applied Linguistics*, 33(5), 503-523.
- Capinha, Graça (1993), "Literatura e emigração: poetas emigrantes nos estados de Massachusetts e Rhode Island", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento, 515-556.
- Capinha, Graça (1997), "Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 103-146.
- Capinha, Graça (1998), "Before the Death of our Fury: Female Voices in the Poetry of Portuguese Immigrants", in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (orgs.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta, 261-267.
- Capinha, Graça (2000), "A poesia dos emigrantes portugueses no Brasil: ficções credíveis no campo da(s) identidade(s)", in Bela Feldman-Bianco; Graça Capinha (orgs.), *Identities. Estudos de Cultura e Poder*. São Paulo: Editora HUCITEC, 107-148.
- Capinha, Graça (2001), "A Magia da Tribo. Para uma concepção agonista e poética dos discursos e das identidades: a desterritorialização das palavras na poesia L=A=N=G=U=A=G=E e na poesia dos emigrantes portugueses", in Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 115-142.
- Capinha, Graça (2014), "Prefácio", in Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*. Lisboa: Glaciar e Academia Brasileira de Letras/Fundação Calouste Gulbenkian, 11-19.
- Crooke, Elizabeth (2010), "The Politics of Community Heritage: Motivations, Authority and Control", *International Journal of Heritage Studies*, 16(1-2), 16-29.
- de Sena, Jorge (1970), "Noções de Linguística", *Exorcismos. Poesia-III*. Lisboa: Moraes Editores, p. 147. Consultado a 10.07.2018, em <http://www.lerjorgedesena.lettras.ufrr.br/antologias/poesia/o-exilio-e-as-patrias>.
- Feldman-Bianco, Bela (1992), "Multiple Layers of Time and Space: The Construction of Class, Ethnicity, and Nationalism among Portuguese Immigrants", *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645(1), 145-174.
- Feldman-Bianco, Bela (1993), "Múltiplas camadas de tempo e espaço. (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 38, 193-224.
- Ferrariotti, Franco (1981), "On the Autonomy of the Biographical Method", in Daniel Bertaux (org.), *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences*. Beverly Hills: Sage Publications.

- Ferreira, Isabel; Teixeira, Ana Rita (2010), "Territórios educativos de intervenção prioritária: breve balanço e novas questões", *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 331-350.
- Flores, Cristina; Melo-Pfeifer, Sílvia (2014), "O conceito 'língua de herança' na perspetiva da Linguística e da Didática de Línguas: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico das crianças lusodescendentes na Alemanha", *Domínios de Linguagem*, 8(3), 16-45.
- Foucault, Michel (2000), "Sobre a história da sexualidade", in Michel Foucault (org.), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 243-247.
- Fraser, Nancy (2008), *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. Cambridge/Malden: Polity.
- Goody, Jack (2000), *The Power of the Written Tradition*. Washington/London: Smithsonian Institution Press.
- Gordon, Cynthia (2012), "Beyond the Observer's Paradox: The Audio-Recorder as a Resource for the Display of Identity", *Qualitative Research*, 13(3), 299-317.
- Gumperz, John; Hymes, Dell (1972), *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Harvey, David (2001), "Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies", *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319-338.
- Hornberger, Nancy (2002), "Multilingual Language Policies and the Continua of Bilingualism: An Ecological Approach", *Language Policy*, 1(1), 27-51.
- Hymes, Dell (1996), *Ethnography, Linguistics, Narrative Inequality: Toward an Understanding of Voice*. London: Taylor & Francis.
- Jacquemet, Marco (2005), "Transidiomatic Practices: Language and Power in the Age of Globalization", *Language & Communication*, 25(3), 257-277.
- Kastin, Darrell (2009), *The Undiscovered Island*. Dartmouth: Tagus.
- Kastin, Darrell (2012), *The Conjuror and Other Azorean Tales*. Dartmouth: University of Massachusetts-Dartmouth.
- Keating, Maria Clara; Solovova, Olga (2011), "Multilingual Dynamics among Portuguese-Based Migrant Contexts", *Journal of Pragmatics*, 43(5), 1251-1263.
- Keating, Maria Clara; Solovova, Olga; Barradas, Olga (2013), "Políticas de língua, multilinguismos e migrações: para uma reflexão policêntrica sobre os valores do português no espaço europeu", in Luiz Paulo Moita-Lopes (org.), *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 219-248.
- Keating, Maria Clara; Solovova, Olga; Barradas, Olga (2015), "Migrations, Multilingualism and Language Policies in Portugal and the United Kingdom: A Polycentric Approach", in Luiz Paulo Moita-Lopes (org.), *Global Portuguese: Linguistic Ideologies in Late Modernity*, London: Routledge, 144-162.
- Labov, William (2006), *The Social Stratification of English in New York City*. Cambridge: Cambridge University Press [2.^a ed.; orig. 1966].

- Labov, William (1972), "Some Principles of Linguistic Methodology", *Language in Society*, 1(1), 97-120.
- Laitin, David (1998), *Identity in Formation: The Russian-Speaking Populations in the Near Abroad*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Lechner, Elsa (2016), "Autobiographical Writings by Portuguese Emigrants in Newark: Glocal Emancipation and Resisting Stereotypes", *Journal of Lusophone Studies*, 1(2), 50-71.
- Lei Federal 24/05/1999, n.º 99. Sobre a política estatal da Federação Russa em relação aos compatriotas no estrangeiro [em língua russa]. Consultado a 04.01.2018, em <http://www.kremlin.ru/acts/bank/13875>.
- Leiria, Isabel; Queiroga, Maria João; Soares, Nuno Verdial (2005), *Português língua não materna no currículo nacional. Perfis linguísticos*. Lisboa: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Lourenço, Clara Moura (2008), "Testemunhos autobiográficos de mulheres emigrantes: para uma nova gramática da portugalidade", *e-cadernos CES*, 2. DOI: 10.4000/eces.1314.
- Matozzi, Martina (2016), *Portugueses de torna-viagem. A representação da emigração na literatura portuguesa*. Tese de Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa apresentada no Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Consultado a 13.07.2018, em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29114/1/Portugueses%20de%20Torna-Viagem.pdf>.
- Mendes, Ana Paula Coutinho (2003), "Ficções de luso-descendentes e identidades híbridas", in Ana Luísa Amaral, Gonçalo Vilas-Boas, Marinela Freitas e Rosa Martelo (orgs.), *Cadernos de Literatura Comparada – Literatura e Identidades*, 8/9, 27-49.
- Mendes, Ana Paula Coutinho (2009), *Lentes bifocais: representações da diáspora portuguesa do século XX*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pap, Leo (1976), *The Portuguese in the United States: A Bibliography*. New York: Center for Migration Studies.
- Pavlenko, Aneta (2008), "Multilingualism in Post-Soviet Countries: Language Revival, Language Removal, and Sociolinguistic Theory", in Aneta Pavlenko (org.), *Multilingualism in Post-Soviet Countries*. Bristol: Multilingual Matters, 1-41.
- Pennycook, Alastair (2010), *Language as a Local Practice*. London/New York: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Simões-Marques, Isabelle (2011), "Identité, altérité et plurilinguisme dans Exílio perturbado de Urbano Tavares Rodrigues", *Studii si cercetari filologice. Seria limbi romanice*, #10, 82-98.
- Simões-Marques, Isabelle (2012), "O romance plurilingue ou como a língua incorpora a cultura do outro", *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 13(1), 129-149.
- Simões-Marques, Isabelle (2018), "Entre le centre et les marges ou les enjeux de l'interlangue dans la littérature migrante portugaise d'hier et d'aujourd'hui", in Bonnet-Falandry et al. (orgs.),

- (Se) *construire dans l'interlangue*: Perspectives transatlantiques sur le multilinguisme. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 129-144.
- Shohamy, Elana (2006), *Language Policy: Hidden Agendas and New Approaches*. London: Routledge.
- Urry, John (2007). *Mobilities*. Cambridge/Malden: Polity.
- Vaz, Katherine (1994), *Saudade*. New York: St. Martin's Press.
- Vaz, Katherine (1997), *Fado and Other Stories*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Vaz, Katherine (2008), *Our Lady of the Artichokes and Other Portuguese-American Stories*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Waterton, Emma; Smith, Laurajane (2010), "The Recognition and Misrecognition of Community Heritage", *International Journal of Heritage Studies*, 16(1-2), 4-15.